

FORMAÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS TRABALHADORES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA EXPERIÊNCIA DO NÚCLEO DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA IESOL/UEPG

Fabiane Kravutschke Bogdanovicz – IESol/UEPG
fabianebolan@yahoo.com.br

CNPq

GT 1 – Processos educativos em economia solidária

Este artigo relata uma experiência formativa realizada pelo Núcleo de Participação Política da IESol/UEPG – Incubadora de Empreendimentos Solidários/Universidade Estadual de Ponta Grossa, com trabalhadores de empreendimentos econômicos solidários, em preparação para as conferências de Economia Solidária de 2014. A metodologia da formação foi embasada na Educação Popular e seus conteúdos abrangeram: Política, Democracia, Participação, Movimentos Sociais e Espaços de Participação Política. Esse trabalho suscitou reflexões importantes entre os trabalhadores, e também fomentou sua participação nas conferências e no Conselho Municipal de Economia Solidária. A relevância desse trabalho se dá pois muitos espaços políticos da EcoSol se encontram fragilizados e os trabalhadores dos EES não se sentem capacitados para ocupá-los, sendo essa capacitação um dos papéis das Entidades de Apoio e Fomento.

Palavras-chave: Formação, educação popular, participação política.

Introdução

O presente artigo relata uma experiência formativa da Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol, através da atuação de seu Núcleo de Participação Política, realizada com trabalhadores de empreendimentos econômicos solidários no ano de 2014, em preparação para a participação das etapas da III Conferência Nacional de Economia Solidária – CONAES, bem como de demais espaços de participação política.

A IESol é um programa permanente de extensão criado em 2005 na Universidade Estadual de Ponta Grossa/Paraná – UEPG, e faz parte da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCPs. A proposta dessa incubadora é atuar junto aos empreendimentos econômicos solidários – EES – de Ponta Grossa – PR e região, visando ao seu fortalecimento e organização, a partir dos princípios da Economia Solidária – EcoSol, e buscando “a integração destes princípios e objetivos às políticas públicas de desenvolvimento local, regional e de segurança alimentar” (IESOL, 2015). Como forma de organização interna da incubadora, além das equipes de incubação aos EES, a IESol também se organiza através de núcleos temáticos, como o Núcleo Jurídico, Núcleo de Formação, Núcleo de Comunicação, entre outros, e também o Núcleo de Participação Política – NPPol, ao qual este artigo diz respeito. Nos núcleos temáticos,

participam um número reduzido de pessoas da incubadora, a fim de discutir sobre o tema referente ao núcleo, auxiliar as equipes de incubação com questões específicas, fazer proposições à incubadora como um todo em assuntos relativos aos discutidos pelo núcleo, fazer pesquisas, entre outras atividades que contribuem positivamente na organização da IESol, sem requerer a participação direta de todos os membros da incubadora.

O Núcleo de Participação Política

Tal núcleo tem como objetivo debater sobre os espaços de participação política relativos à Economia Solidária (como fóruns, conselhos, conferências, entre outros), realizar formações para os trabalhadores dos EES incubados e para membros da IESol a respeito do tema, além de fazer a representação da incubadora nos espaços de participação política como os supracitados.

O NPPol iniciou sua atuação no começo do ano de 2014 e contou com um número variável de membros desde então – não mais de seis pessoas –, apresentando atualmente cinco membros: duas técnicas (das áreas de Psicologia e Geografia) e três estagiárias (de Serviço Social, Engenharia de Alimentos e Direito). O Núcleo se reúne mensalmente ou duas vezes ao mês quando possível, a fim de: discutir sobre a participação em espaços como o Conselho Municipal de EcoSol, o Fórum Regional de EcoSol dos Campos Gerais, o Fórum Paranaense de EcoSol e o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como demais fóruns e conferências de Economia Solidária e temas afins; elaborar atividades formativas a serem aplicadas junto aos trabalhadores dos EES incubados pela IESol, junto aos membros da incubadora, ou em atividades realizadas pela IESol junto à universidade e comunidade, como o curso de extensão Noções Gerais de Economia Solidária.

Política

O homem é “naturalmente um animal político”, afirma Aristóteles em sua obra “A Política” (2006, p. 12). “Política” é uma palavra de origem grega, que dizia respeito às questões da vida na *polis* (cidade) e às regras de organização da vida em comum e objetivos da comunidade organizada (DALLARI, 1984, p. 10; CHAUÍ, 2000, p. 479). Compreendendo Política em seu sentido mais amplo, para além da compreensão reduzida em política partidária, autores da Democracia Participativa teorizam que Política invariavelmente engloba a participação social, que pode ser definida como um “processo mediante o qual as diversas camadas sociais tomam parte na produção, na gestão e no

usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada” (AMMANN, 1980, p. 61). Destarte, o conceito de *participação* tem relação direta com o conceito de *cidadania*, isto é, a “prática da reivindicação, da apropriação de espaços, da pugna para fazer valer os direitos do cidadão”, que abarca o direito de deliberação do sujeito sobre sua própria vida, a livre expressão de pensamento, bem como as práticas política, religiosa etc. (COVRE, 2007, p. 10).

Encontra-se em Aristóteles que o poder político é um bem participável, posto que de “qualidade indivisível, que não pode ser dividida nem distribuída” (ARISTÓTELES apud CHAUI, 2000, p. 494). Considerando, além disso, que Democracia, palavra também de origem grega – *demos kratein* – significava originalmente “o formato específico do governo que se exerce *pelo* povo e *para* o povo” (DIAS, 2002, p. 63), é possível compreender que tanto a Política quanto a Democracia são inerentemente participativas.

De acordo com teóricos da Democracia Participativa, a participação seria uma prática pedagógica, apresentando um caráter educativo: aprende-se a participar participando. Destarte, “o conhecimento prévio não é condição para a capacidade de agir na esfera pública, como alegariam alguns defensores da representação como mecanismo para qualificar os deliberantes” (DIAS, 2002, p. 95). É o próprio exercício da atividade política que desenvolve capacidade e responsabilidade dos cidadãos, enriquecendo suas experiências de vivências coletivas (o que coloca os interesses individuais em relação contextualizada com os interesses coletivos, “gerando benefícios para a sociedade como um todo”, conforme ROUSSEAU; MILL; TOCQUEVILLE apud DIAS, 2002, p. 92). Para a eminente pesquisadora sobre o tema da participação popular, Maria da Glória Gohn (2003, p. 28), “aprendendo a participar, um indivíduo pode ser integrado” e, dessa forma, “participação toma o significado de luta contra a exclusão”. Ademais, é através da participação política popular que a democracia se qualifica e legitima.

Observa-se uma correlação entre os elementos apontados na Democracia Participativa e na Economia Solidária¹, cujas práticas resultam em solidariedade, igualdade, democracia, cooperação, desenvolvimento humano, emancipação (SINGER, 2008, pp. 7-23). Teóricos da Participação Política relatam que esta possui um caráter educativo: a participação capacita o sujeito a ser seu próprio senhor; sendo seu próprio

¹ Paul Singer (2001, p. 46 apud LOCKS & GUGLIANO, 2013) define Economia Solidária como “formas de organização econômica que adotam os valores de democracia levados às últimas consequências dentro da área econômica. De que todos são iguais, todos têm o mesmo poder de decisão, se tiver que delegar todos votam por igual e as pessoas que os representam tem que se submeter à sua vontade senão são substituídas e são eleitas outras”.

senhor, nenhum indivíduo é senhor do outro (caráter de autonomia da participação), mas todos precisam igualmente dos outros, e assim o sujeito aprende a considerar assuntos mais amplos do que os seus interesses imediatos, caso também queira a cooperação dos demais. Percebe-se que essa relação, possibilitada pela prática da participação, é muito pertinente à construção da autogestão, pela qual os trabalhadores podem experimentar em seus empreendimentos uma forma de organização diferente daquelas encontradas no mercado de trabalho capitalista, de maneira horizontalizada, oportunizando a participação direta de seus membros, mediante o aumento dos espaços de debate e das tomadas de decisão coletivas.

Entretanto, é senso comum que existe um desprezo da população à política – entendida comumente em sua face institucionalizada –, especialmente em suas expressões partidárias, além de uma apatia política generalizada desde o fim dos grandes projetos políticos sociais da Modernidade, demonstrada em altos índices de abstenção eleitoral² e baixa participação nos espaços abertos à participação direta. Para compreensão dessa baixa participação popular, explica Pinho (2010, p. 35-36) que “são diversos os mecanismos que bloqueiam uma partilha efetiva do poder”: para a sociedade civil, a restrição mais relevante para uma participação igualitária se trata da exigência de qualificação – técnica e política. A participação em uma política pública, seja em sua formulação, discussão, deliberação ou execução, demanda “o domínio de um saber técnico especializado do qual os representantes da sociedade civil, especialmente os dos setores subalternos, em geral não dispõem”. Outra restrição diz respeito ao conhecimento sobre o funcionamento do Estado e seus procedimentos. Nesse caso, a classe política que ocupa o Estado leva vantagem por conhece a lógica e o ritmo de funcionamento do Estado. A formação dessas competências técnicas exige grande investimento de tempo e energia, e os representantes que adquirem essa qualificação “tendem a ser perpetuados enquanto representantes”, prejudicando “a rotatividade da representação” (DAGNINO, 2002, p. 284 apud PINHO, 2010, p. 36). Esses são alguns dos fatores que afastam a sociedade civil da participação política, legitimando então o sistema representativo, cujos partidários defendem a atuação de políticos profissionais para superar esses fatores e defender o povo de si mesmo.

A participação qualificada, que acontece através da experiência da própria participação, resulta também no fortalecimento dos espaços participativos como fóruns e conselhos. A maioria desses espaços de participação política da Economia Solidária se apresenta com muitas fragilidades. A prática democrática é, *per se*, assaz incipiente no

² Conforme COELHO, MILITÃO & HAUBERT, 2012 e CRISTINA & MASSALLI, 2014.

Brasil, aparecendo a participação popular na agenda política a partir da reabertura democrática, através da Constituição Federal de 1988 (a dita “Constituição Cidadã”). Mesmo após esse processo histórico, os espaços abertos à participação popular ainda são restritos, com muitos dos espaços sendo apenas consultivos, e muitos espaços deliberativos sendo tutelados. A presença nesses espaços (que não pode verdadeiramente ser chamada de “participação”) resulta em maior desmotivação daqueles que não têm a prática da participação, com reavivada descrença no funcionamento do aparelho político. Dessa forma, no caso da Economia Solidária, o acompanhamento desses espaços fragilizados por parte das Entidades de Apoio e Fomento – como universidades, através das incubadoras de empreendimentos solidários –, é vital para a construção e fortalecimentos desses espaços, a fim de garanti-los enquanto espaços de controle social democrático, que é entendido por Bogdanovicz, Gilgen e Pereira (2014) como “o controle da sociedade civil sobre o planejamento, execução e monitoramento das políticas públicas estatais (BRAVO e CORREIA, 2012), corroborando com a concepção da esfera pública ampliada e democrática (CALVI, 2008, p. 15)”.

Ainda a respeito da participação política, compreende-se que essa formação deve ser trabalhada nos EES “em conjunto com a qualificação técnica dos membros. Ela não deve limitar-se aos espaços formais e muito menos aos espaços dos cursos. A formação política só funciona se estiver conjugada com a ação nas lutas sociais e com a reflexão sobre os processos”, devendo envolver as diversas situações de vida (CHRISTOFFOLI, 2007, p. 168-169). Relata Christoffoli (2007, p. 170) que pesquisas realizadas em cooperativas de assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST – demonstram “correlação positiva entre participação nos cursos de formação política e elevação do nível de consciência (socialista) e participação nas instâncias de direção das cooperativas”, deixando claro que a formação para participação política com trabalhadores qualifica não só sua participação em espaços como conselhos e fóruns, mas também sua participação no próprio empreendimento, contribuindo qualitativamente com a autogestão.

Educação Popular

As atividades realizadas pelo NPPol são sempre pensadas a partir do referencial teórico da Educação Popular, que envolve “a organização das classes populares para intervirem na realidade conforme seus interesses e necessidades de classe” (PACHECO JÚNIOR e TORRES, 2009, p. 26), sendo uma proposta de

uma Educação ética e responsável que apresente as contradições históricas de seu tempo, contribuindo com a conscientização e que tenha como pretensão

colocar homens e mulheres em diálogo permanente, apontando, a partir dessa relação, uma perspectiva de sociedade que contemple as suas reais necessidades (idem, p. 25).

A Educação Popular pode ser definida como “processo educativo que se vincula de forma estreita à ação organizada das camadas populares, visando contribuir para a construção de uma sociedade em e de acordo com seus interesses” (PALUDO, 2001, p. 100 apud ADAMS, 2010, p. 15), com base na compreensão de que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996, p. 47).

O filósofo e cientista político Emir Sader, no prefácio do livro “A educação para além do capital”, de István Mészáros (2010), afirma que a educação, que teria o potencial de ser “uma alavanca essencial para a mudança”, tornou-se instrumento da sociedade capitalista, fornecendo conhecimentos e pessoal necessários “à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista”, gerando e transmitindo “um quadro de valores que legitima os interesses dominantes”, estando a educação vinculada ao trabalho, pois “um sistema que se apoia na separação entre trabalho e capital, que requer a disponibilidade de uma enorme massa de força de trabalho sem acesso a meios para sua realização, necessita [...] socializar os valores que permitem a sua reprodução” (SADER, 2010, p. 15). A educação, especialmente em seu aspecto formal (escolarizada), “foi e continua sendo um 'instrumento' utilizado para facilitar a integração das gerações na lógica do sistema hegemônico na sociedade e assim gerar conformidades” (ADAMS, 2010, p. 22). Além disso, na Educação tradicional se percebe o modelo bancário, no qual “o conhecimento funciona como um depósito em um banco e não como uma relação igualitária de poder” (FREIRE, FREIRE & OLIVEIRA, 2014, p. 45).

A Educação não é um processo neutro. Suas práticas carregam ideologias, relações de poder, escolhas (como a seleção de currículo da grade escolar – divisão social do saber), entre outras questões de imensa relevância. Assim, a Educação vem sendo usada como mecanismo de dominação, para reprodução e manutenção do *status quo*, isto é, a Educação é uma arma na relação entre opressores e oprimidos. Mas, apesar de serem encontradas na Educação práticas tecnicistas, baseadas na transferência passiva de conteúdos e no treinamento e repetição, objetivando adaptar pessoas à produtividade, aos valores de individualismo e competição e à reprodução do *status quo*, também são possíveis na Educação práticas emancipatórias, libertárias, que potencializem a solidariedade, a autonomia, a conscientização e a organização popular, pois “[...] na sua melhor forma a Educação é muito mais do que técnicas, a Educação é uma forma de

entender o mundo com a finalidade de transformá-lo” (FREIRE, FREIRE & OLIVEIRA, 2014, p. 101). Esse é o compromisso ético da Educação Popular, que “tem como tarefa não a mera transmissão, mas 'a produção do conhecimento, a defesa de uma educação para a liberdade, pré-condição da vida democrática, a recusa do autoritarismo, da manipulação, da ideologização” (BRANDÃO, 2003, p. 213 apud ADAMS, 2010, p. 16).

É tendo isso em mente que Paulo Freire entende o termo *popular* como referente aos oprimidos, “aquele que vive sem as condições elementares para o exercício de sua cidadania e que também está fora da posse e uso dos bens materiais produzidos socialmente” (INCUBES, 2003). Assim, a pedagogia do oprimido é a pedagogia da libertação. “É construída com o oprimido, na luta pela reconquista de sua humanidade. Não vamos ter a pretensão de construir uma pedagogia para ele. Ao prescrever conteúdos ou exigir comportamentos que julguemos adequados, estamos também oprimindo” (CARNEIRO, 2008).

Compreendendo a história latino-americana, mais especificamente a história brasileira, é possível entender que se trata de uma história de opressão, de relações ditatoriais de poder, de limitação da participação política, de falta de diálogo com as camadas populares, história essa que deixa marcas profundas (CEFURIA, 2011, pp. 15-19). Por isso, Paulo Freire adverte que a consciência popular democrática não brota automaticamente, “mas só no momento em que as pessoas vão ao debate, ao exercício da crítica, à reflexão sobre sua realidade, sobre os problemas comuns. A democracia, para ser autêntica, precisa ser construída pelas próprias mãos do povo” (FREIRE, 1983 apud CEFURIA, 2011, p. 18). Dessa forma, depreende-se que a classe oprimida não possui uma experiência histórica de diálogo e de democracia, mas a Educação Popular afirma que as pessoas também aprendem fazendo, praticando (CEFURIA, 2011, p. 32).

O trabalho do educador popular deve, portanto, ser centrado no diálogo, “desafiando o grupo popular a pensar sua história social como a experiência igualmente social de seus membros, [...] revelando a necessidade de superar certos saberes que, desnudados, vão mostrando sua 'incompetência' para explicar os fatos” (FREIRE, 1996, p. 81). Assim, “o saber popular é organizado, acrescido de conhecimentos científicos, [...] contextualizado no tempo e no espaço e, num trabalho conjunto com os educandos, é utilizado como base para planejar ações concretas que busquem a superação das situações-problema” (CEFURIA, 2011, p. 26).

Não se trata obviamente de impor à população espoliada e sofrida que se rebele, que se mobilize, que se organize para defender-se, vale dizer, para mudar o mundo. Trata-se, na verdade – não importa se trabalhamos com alfabetização,

com saúde, com evangelização ou com todas elas –, de simultaneamente com o trabalho específico de cada um desses campos, desafiar os grupos populares para que percebam, em termos críticos, a violência e a profunda injustiça que caracterizam sua situação concreta. Mais ainda, que sua situação concreta não é *destino certo ou vontade de Deus*, algo que não pode ser *mudado* (FREIRE, 1996, p. 79-80).

A metodologia da Educação Popular, partindo da realidade local e se alimentando dela, “favorece a reflexão sobre os condicionamentos que advêm do contexto mais amplo”, estabelecendo “condições apropriadas e fecundas de ensino-aprendizagem, ao mesmo tempo em que essa metodologia leva os sujeitos a voltarem a atuar para enfrentar os desafios do seu cotidiano (nível local)” (ADAMS, 2010, p. 20).

Esse método faz o “esforço criativo de traduzir conceitos abstratos em linguagem cotidiana, metáforas e símbolos”, das próprias camadas populares, sendo “um processo coletivo de produção e socialização do conhecimento que capacita educadores e educandos a ler criticamente a realidade sócio-econômico-político-cultural com a finalidade de transformá-la”, o que exige “envolvimento co-responsável de todas as pessoas participantes, na construção, apropriação e multiplicação do conhecimento (PELOSO, 2005). A Educação Popular “não tem uma metodologia pronta, uma cartilha a ser seguida. Parte dos conhecimentos de cada sujeito” (WIKIPEDIA, s.d.). Entretanto, alguns passos são imprescindíveis: partir do saber popular, da realidade local; realizar um “trabalho coletivo de participação e análise no processo de redução temática” dessa realidade, estudando-a e problematizando-a; organizar o conhecimento e aprofundá-lo; utilizar o conhecimento anteriormente constituído e aprendido para reinterpretar a própria realidade e agir (SILVA, 2007), pois, para Paulo Freire, conscientização é igual a consciência mais ação, remetendo também aos dois tempos do método da reflexão da Teologia da Libertação: julgar e agir.

Formação e Educação em Economia Solidária

De acordo com o Preâmbulo apresentado nas Diretrizes Metodológicas para Educação em Economia Solidária (BRASIL, 2012, p. 4), “faz-se fundamental combinar processos educativos integrados com as oportunidades de elevação de escolaridade e outras iniciativas que contribuam para a formação política cidadã”. Esse documento também apresenta algumas resoluções da II Conferência Nacional de Economia Solidária a respeito da educação em EcoSol, sendo de relevância para menção neste trabalho as resoluções 73 e 74. A Resolução 73 defende que “Os empreendimentos econômicos solidários devem ser empoderados para acessar as políticas públicas, o que requer a formação sistemática dos

trabalhadores e de seus familiares, além dos aspectos técnicos, nas práticas educacionais”.

Na Resolução 74, define-se a educação em EcoSol

como uma “construção social” que envolve uma diversidade de sujeitos e ações orientados para a promoção do desenvolvimento sustentável, considerando as dimensões econômica, ambiental, cultural, social e política. A economia solidária reconhece o trabalho como princípio educativo na construção de conhecimentos e de outras relações sociais. Assim, as ações político-pedagógicas inovadoras, autogestionárias e solidárias, são fundamentadas na perspectiva emancipatória de transformação dos sujeitos e da sociedade. Do mesmo modo, a formação e a assessoria técnica são processos inerentes à educação em economia solidária e, portanto, compartilham dessa mesma concepção (BRASIL, 2012, p. 6).

O documento de referência supracitado apresenta conteúdos indispensáveis nos processos formativos em EcoSol, organizados em eixos temáticos, sendo o eixo temático 3: Formação Sócio-Política e constituição dos sujeitos (BRASIL, 2012, p. 14). Encontram-se ainda algumas diretrizes político-metodológicas da educação em EcoSol, tendo especial relação com este trabalho as diretrizes de letra a) e r) (BRASIL, 2012, p. 8, 12):

a) Utilizar como referência metodológica os princípios e valores da Economia Solidária, bem como os fundamentos, práticas e metodologias da Educação Popular, estabelecendo como pressuposto o respeito e a valorização dos saberes locais, a formação contextualizada no tempo e no espaço e a socialização de conhecimentos e saberes;

r) Devem contemplar ações educativas que se destinam a consolidar a estruturação e a sistematização do funcionamento dos fóruns visando fortalecer o movimento da economia solidária.

O autor Telmo Adams (2010, p. 55) teoriza que os espaços de trabalho coletivo, como os empreendimentos que caracterizam a Economia Solidária, podem ser oportunidades pedagógicas “geradoras de sujeitos sociais solidários e uma outra cultura do trabalho, resultando na formação de um novo *ethos*, juntamente com novos 'saberes e fazeres'. Tais processos podem ser potencializados por mediações pedagógicas intencionalmente planejadas”, tais como atividades elaboradas por Entidades de Apoio e Fomento.

Cruz e Guerra (2009, p. 2) apontam a relação dialética entre educação e economia, afirmando que “Os processos educativos são condicionados pelas relações econômicas [...]. Os processos econômicos, por sua vez, são condicionados pelas práticas educativas [...]”, podendo ambas as práticas posicionar-se de uma das duas maneiras: ou “reforçar os valores sociais e a estrutura social vigente”, ou, ao contrário, tensionar “a estrutura e a dinâmica da sociedade atual, confrontando-a com seus limites”, “propondo uma outra sociedade (e uma outra educação, e uma outra economia...)”. Esses autores relacionam também educação e

política, pois, “se a ação política é parte do processo educativo, a educação é parte do processo político”.

A relação entre Economia Solidária e Educação Popular é germinal: Cruz e Guerra (2009, p. 6) refletem que, “talvez, a economia solidária tenha sido parida, por assim dizer, pela educação popular, que talvez o tenha feito sem sabê-lo”, pois “na grande maioria das vezes os empreendimentos solidários nascem e crescem a partir da ação de lideranças oriundas dos movimentos sociais dos anos 80 e 90”, que sofreram intensa influência da educação popular nesse período. Concluem a relação entre Educação Popular e EcoSol enfatizando que o diálogo entre essas duas práticas está atravessado “pelos mesmos valores éticos e políticos”, mas também por uma cumplicidade entre seus objetivos: a EcoSol “necessita construir conhecimento para viabilizar-se como alternativa econômica dos setores populares; a educação popular precisa apontar para ações concretas que permitam aos setores populares experimentarem práticas autônomas de inserção social” (CRUZ & GUERRA, 2009, p. 8-9).

Descrição da atividade realizada pelo Núcleo

No mês de maio de 2014, o NPPol aplicou uma atividade preparatória para a III Conferência Nacional de Economia Solidária – CONAES – com dez trabalhadores de quatro EES incubados pela IESol e com seis membros da incubadora. O objetivo dessa atividade foi abordar com integrantes de EES incubados pela IESol temas relativos à participação política, a fim de prepará-los para participar e integrar espaços políticos participativos, como fóruns, conselhos e conferências, especialmente para a Conferência Macro-Regional de Economia Solidária de Guarapuava e Campos Gerais, do dia 20 de maio de 2014, e a Conferência Estadual de Economia Solidária do Paraná, agendada para os dias 26 e 27 de junho do mesmo ano, mas realizada em 04 e 05 de julho.’

A atividade preparatória foi proposta com base em conceitos da Educação Popular de Paulo Freire e ocorreu conforme descrição que se segue. Foram elaborados quatro cartazes em papel craft contendo em escrito apenas os títulos dos temas a serem abordados na formação: Política, Democracia, Participação e EcoSol (como Movimento Social). Além dos cartazes, foram levados alguns pedaços de craft desenhados como balões de fala ou de pensamento, contendo resumos de conceitos teóricos apontados sobre os quatro temas:

- Política: Palavra de origem grega que se refere à vida na *polis* (cidade);
- Democracia: Palavra de origem grega que significa *o governo do povo*, para o

povo, que pode ser exercida de duas formas: Indireta (ou representativa, pelo voto) e direta (ou participativa, em movimentos sociais, conselhos, associações de moradores, etc.).

- Participar: Ser protagonista de sua história. Autonomia: do grego *auto nomos* (leis próprias).
- Movimentos sociais: Grupos de pressão que surgem quando uma comunidade se organiza em busca de bens coletivos ou de integração política, “processos de lutas sociais voltadas para a transformação das condições existentes na realidade social”.
- Crise do modelo representativo: Declínio do comparecimento eleitoral; aumento da desconfiança dos cidadãos às instituições políticas; esvaziamento dos partidos; críticas ao modelo.
- EcoSol como Movimento Social: Os sujeitos na EcoSol experimentam práticas culturais diferentes da lógica capitalista, com resistência ao sistema de mercado, atuando em rede, lutando por políticas públicas, mudando o lugar dos sujeitos nos processos humanos, com participação nas decisões, na busca da ampliação de direitos, reorganização de relações sociais, construção da igualdade.

Inicialmente, o grupo de participantes foi organizado em círculo para a atividade. O primeiro tema trabalhado foi Política. Colocou-se no chão, ao centro do círculo, o cartaz com o tema referido. A facilitadora da atividade perguntou ao grupo quais ideias vêm à mente quando se ouve a palavra “política”, e as ideias apresentadas pelo grupo foram sendo anotadas no craft. Além de palavras descritivas, como: leis e relações, muitas palavras apresentaram conotações negativas, como: ladrão, corrupção, mentira, ambição, profissão, [falta de] ética, promessas, injustiça; mas também algumas apresentaram uma outra compreensão, como: cidade, articular, oportunidade, construção, tudo. A facilitadora problematizou diversas das respostas, questionando seu porquê. Depois de algum tempo de diálogo, foi apresentado um dos balões previamente elaborados, com o conceito de que o termo política é proveniente do grego “*polis*”, que diz respeito à vida na cidade, e questionou o que mudava na percepção do tema com a introdução dessa nova informação. Após mais alguns minutos trabalhando com conceitos apontados pelo grupo e construindo coletivamente o conhecimento, apresentou-se a nova informação de que há várias maneiras de se fazer política, como a monarquia, a ditadura e também a democracia. Assim, passou-se para o próximo tema.

O segundo cartaz colado no chão continha o tema Democracia. Novamente, perguntou-se ao grupo o que vem à mente quando se fala a palavra democracia. As palavras foram, em geral, mais positivas, como: liberdade de falar, direito de opinar e agir,

diversidade, união, escolha, trabalho em grupo, autogestão, plebiscito, constituição. Mas quando uma das participantes relatou que certa vez sua entrada fora barrada na prefeitura municipal, o grupo questionou se o que se tem atualmente é, de fato, uma democracia, que, conforme apresentado em um dos balões, é uma palavra que também proveniente do grego, significando “governo do povo, para o povo”. A partir desse relato, apareceram palavras como: manipulação, coerção, poder. A facilitadora da atividade apresentou a informação de que a democracia pode ser exercida de duas formas: indireta (ou representativa) e direta (ou participativa). Também relatou sobre a crise do modelo representativo. Após mais algum tempo anotando os conceitos trazidos pelo grupo, apresentou-se o terceiro cartaz, referente à participação.

Figura 1 – Elaboração do segundo cartaz



Fonte: arquivo da IESol

No terceiro cartaz, podia-se ler a palavra Participar. Seguiu-se a mesma metodologia, questionando ao grupo o que se pensa quando se escuta a palavra Participar. Foram elencadas ideias como: comprometimento, agir, autogerir, interesse, entre outros. A facilitadora questionou sobre de quais atividades as pessoas participam, se são apenas

espaços políticos, e foram mencionados cursos, festas, etc.. A facilitadora questionou também o que é que faz as pessoas saírem de suas casas e decidirem participar de algo. O grupo entendeu que a vontade, o desejo, é a força-motriz, juntamente com a responsabilidade, o compromisso. Foram citados termos como: troca de ideias, satisfação, emoção, integração, qualidade, esperança. Como conceito previamente elencado, a facilitadora explicou que a participação contribui com a autonomia, palavra de origem grega que significa “leis próprias”. O grupo apontou ainda palavras como contribuir, realização pessoal, objetivo, doar-se, ser ator, não ser mais um número. A facilitadora apresentou que, quando grupos de pessoas se unem para pressionar por algum direito, reivindicar bens coletivos, lutar contra opressões, enfim, quando se organizam para buscar a transformação das condições existentes na realidade social, são assim constituídos os Movimentos Sociais, que são uma forma de participação política. Foi perguntado em quais espaços esse tipo de organização pode ser vista, e o grupo elencou: MST, movimento de catadores, feminismo, pastorais e igrejas, grupos de jovens, associações de moradores. Questionou-se então se a Economia Solidária poderia ser considerada um Movimento Social. O grupo refletiu que sim, e assim apresentou-se o quarto cartaz.

O quarto tema trabalhado com o grupo foi a Economia Solidária como Movimento Social. As ideias apresentadas pelo grupo sobre o tema foram: oportunidade, independência, aprender, não-capitalista, bem-estar, talentos, trocas, bem-viver, resgate social, preço justo, valores, sustentabilidade, inclusão social, auto-estima, entre outros.

Figura 2 – Finalização da primeira etapa da atividade



Fonte: arquivo da IESol

Após essa primeira parte da atividade, foi feito um intervalo para a realização de um café solidário. No retorno à atividade, foi explicado que, além dos espaços de organização popular de participação política, que são os Movimentos Sociais, há também espaços de participação que são mais institucionalizados, e assim foram apresentados os conceitos de: Conselhos (que são o braço da população para dentro do governo na discussão e criação de políticas públicas, envolvendo sociedade civil e gestores públicos – no caso da Economia Solidária, os conselhos são tripartite entre os segmentos: Empreendimentos Econômicos Solidários, Entidades de Apoio e Governo/Gestores), Fóruns (que são espaços de debate e articulação entre os diversos atores da Economia Solidária para o seu fortalecimento) e Conferências (espaços mais amplos de discussão e deliberação, onde são apresentadas propostas para o fortalecimento e a adequação de políticas públicas específicas, que acontecem periodicamente e são compostas por delegadas e delegados, isto é, membros de delegações). Nesse tema, foram apresentadas algumas das maiores conquistas provenientes das últimas duas Conferências Nacionais de Economia Solidária, bem como as conquistas da luta em âmbito municipal em Ponta Grossa/PR.

Por último, foi abordada a III CONAES, a acontecer naquele mesmo ano, seu tema, eixos, metodologia, possibilidades e datas. Foi feito também o convite para a participação das pessoas presentes na atividade e, solicitando o repasse dos conhecimentos coletivamente construídos naquela atividade aos demais membros dos empreendimentos, o convite para participar da III CONAES foi estendido. Assim concluiu-se a atividade daquele dia.

Considerações finais

A partir dos diversos conceitos apresentados teoricamente, é possível perceber a relação entre democracia direta/participação política, educação popular e autogestão, bem como as possibilidades das Entidades de Apoio, especialmente as incubadoras, com relação à formação política dos EES na Economia Solidária, que não é tema à parte ou secundário, mas sim tema integrante e aprimorador da educação para a autogestão e democracia plena.

Além disso, a formação para o exercício da participação política capacita os sujeitos das camadas populares para ocuparem os espaços que são tradicionalmente monopolizados pelas classes dominantes, configurando um fator de empoderamento, pois transforma a posição de passividade em protagonismo e coloca esses sujeitos em contato direto com elementos que podem estar influenciando em suas vidas, muitas vezes sem seu próprio conhecimento. Essas questões podem ser vastamente encontradas na literatura acerca da Democracia Participativa, mas também podem ser percebidas na prática através do acompanhamento do processo de participação política de pessoas das camadas populares.

A importância de trabalhar essa temática – e demais – através da metodologia da Educação Popular se expressa através dos documentos de referência produzidos a partir dos espaços participativos da própria EcoSol, como as resoluções da II Conferência Nacional de Economia Solidária, entre outros. É o movimento da Economia Solidária que reconhece a Educação Popular como sua metodologia pedagógica por excelência. Dessa forma, a opção pela pedagogia freiriana é uma escolha coerente com os princípios da Economia Solidária.

Percebe-se, através da atuação do Núcleo de Participação Política da IESol, que as Entidades de Apoio e Fomento – notavelmente as incubadoras universitárias, que têm o compromisso com o tripé indissociável do ensino, pesquisa e extensão – precisam ter um comprometimento com a atenção aos espaços de participação política popular, pois estes

influenciam consideravelmente na vida dos atores da Economia Solidária, bem como representam possibilidades de fortalecimento na construção dessa outra economia, dessa outra educação e, finalmente, desse outro mundo.

Referências

ADAMS, T. **Educação e Economia Popular Solidária**: mediações pedagógicas do trabalho associado. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2010.

AMMANN, S. B. **Participação Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

ARISTÓTELES. **A Política**. Trad. Nestor Silveira Chaves. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

BOGDANOVICZ, F. K.; GILGEN, A. C.; PEREIRA, L. G. O controle democrático como tecnologia social no empoderamento de agentes da Economia Solidária. In: I SENESTS. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Conselho Nacional de Economia Solidária. **Diretrizes políticas metodológicas para educação em Economia Solidária**. Brasília: [s.n.], 2012. Disponível em <[portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3CB58904013CB5B92EB23D11/RECOMENDA COES%20%20WEB.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3CB58904013CB5B92EB23D11/RECOMENDA%20COES%20WEB.pdf)>. Acesso em 29 maio 2015.

CARNEIRO, G. **A Pedagogia de Paulo Freire**: uma Pedagogia Humanizadora. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2008. Disponível em <www.cefuria.org.br/files/2012/08/cartilha1.pdf>. Acesso em 17 maio 2015.

CEFURIA. **A pedagogia de Paulo Freire**: Uma pedagogia humanizadora. Curitiba: Editora Gráfica Popular Ltda., 2011.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000. Disponível em <www.filosofia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/classicos_da_filosofia/convite.pdf>. Acesso em 29 maio 2015.

CHRISTOFFOLI, P. I. A formação política na Economia Solidária. In: MELLO, S. L.; SÍGOLO, V. M.; BARBIERI, E. M. **Economia Solidária e Autogestão**: encontros internacionais. V. 2. São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, 2007. Pp. 165-171.

COELHO, M.; MILITÃO, E.; HAUBERT, M. Um em cada quatro eleitores não votou em

ninguém. **Congresso em foco**. Brasília, 30 out. 2012. Disponível em <congressoemfoco.uol.com.br/noticias/um-em-cada-quatro-eleitores-nao-votou-em-ninguem/>. Acesso em 29 maio 2015.

COVRE, M. L. M. **O que é cidadania**. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

CRISTINA, L.; MASSALLI, F. Abstenção, brancos e nulos são 29% dos votos; eleitor tem descrença no candidato. **Agência Brasil**. Brasília, 06 out. 2014. Disponível em <agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-10/abstencao-brancos-nulos-sao-29-dos-votos-eleitor-tem-descrenca-no-candidato>. Acesso em 29 maio 2015.

DALLARI, D. A. **O que é participação política**. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1984.

DIAS, M. R. As teorias educativas da participação: transcendendo os limites da representação política. **Sob o signo da vontade popular: o Orçamento Participativo e o dilema da Câmara Municipal de Porto Alegre**. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002. Pp. 91-96.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P.; FREIRE, A. M. A.; OLIVEIRA, W. F. **Pedagogia da Solidariedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GOHN, M. G. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

IESOL. Sobre a incubadora. Ponta Grossa: [s.n.], 2015. Disponível em <iesol.webnode.com/quemsomos>. Acesso em 11 maio 2015.

INCUBES – Incubadora de Empreendimentos Solidários. A Educação Popular. João Pessoa: UFPB, 2003. Disponível em <www.uel.br/projetos/intes/antigo/downloads/a_educacao_popular.doc>. Acesso em 17 maio 2015.

LOCKS, P.; GUGLIANO, A. A. Democracia e economia solidária: limitações e potencialidades. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n. 10, Abr. 2013. Disponível em <www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522013000100002&script=sci_arttext>. Acesso em 12 nov. 2014.

PACHECO JÚNIOR, I.; TORRES, M. M. Atualidade do pensamento de Paulo Freire na Educação Popular. In: ASSUMPÇÃO, R. **Educação Popular na perspectiva Freiriana**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009. Pp. 19-53. Disponível em <ceaal.org/images/stories/Educacao%20Popular%20na%20Perspectiva%20Freiriana.pdf>. Acesso em 11

maio 2015.

PELOSO, R. Aprendendo e ensinando uma nova lição: Educação Popular e Metodologia Popular. 2005. Disponível em <websmed.portoalegre.rs.gov.br/escolas/quintana/educacao_popular_ranulfo_peloso.htm>. Acesso em 17 maio 2015.

PINHO, J. A. G. Gestão Social: Conceituando e Discutindo os Limites e Possibilidades Reais na Sociedade Brasileira. In: TIGO, A. S. et al. (org.). **Gestão social e políticas públicas de desenvolvimento:** ações, articulações e agenda. Recife: UNIVASF, 2010. Pp. 21-52. Disponível em <ites.colivre.net/pub/Site/Publicacao29/Livro_III_ENAPEGS.pdf>. Acesso em: 12 maio 2015.

SADER, E. Prefácio. In: MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2010. Pp. 15-18.

SILVA, A. F. G. **A busca do tema gerador na práxis da educação popular**. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2007. Disponível em <radiocirandeira.files.wordpress.com/2012/01/a_busca_tema_gerador.pdf>. Acesso em 31 de outubro de 2014.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. 3. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2008.

WIKIPEDIA, Educação Popular. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Educação_popular>. Acesso em 17 maio 2015.

ítulo do arquivo: SOBRENOME DO PRIMEIRO AUTOR EM CAIXA ALTA_Nome do primeiro autor em caixa baixa_SOBRENOME DO SEGUNDO AUTOR EM CAIXA ALTA_Sobrenome do segundo autor em caixa baixa.doc, e assim sucessivamente. Ex: MELO_Beatriz_SILVA_Maria.doc